



**NOVA REVISTA,
MUITO MAIS CONTEÚDO!**

NOVAS SEÇÕES • NOVO VISUAL • MAIS INFORMAÇÃO

A Ticket® É PARA VOCÊ!

Cliente Colina Sagrada, a Ticket® tem
condições exclusivas para você!

Seja qual for o tamanho da sua
empresa, nós temos a solução
ideal para o seu negócio.

Deixe sua equipe mais motivada
e capacitada de um jeito simples.



Mais de 320mil estabelecimentos
credenciados. Consulta pelo portal
ou aplicativo Ticket.



Isenção de encargos sociais sobre
o valor do benefício disponibilizado.



Atendimento exclusivo aos clientes
Colina Sagrada.



Maior satisfação dos colaboradores,
reduzindo a rotatividade na empresa.

APROVEITE JÁ!

Ligue para (31) 2532-2411 ou (31) 8498-4310
e confira nossas condições especiais!





**MAIS QUE
SEGURANÇA.
É PRECISO TER
CONFIANÇA.**

FORTEBANCO®
desde 1994

ESCOLTA ARMADA

SEGURANÇA ELETRÔNICA

SEGURANÇA DE EVENTOS

SEGURANÇA PATRIMONIAL

RONDA COM CÃES

SEGURANÇA PESSOAL

[@fortebanco](#) [facebook.com/Fortebanco](#)

(31) 3507-4770 • www.fortebanco.com.br • comercial@fortebanco.com.br

EDITORIAL

PRECISAMOS REAGIR PARA SEGUIR



Mais uma vez estamos diante de uma crise econômica cujas causas não guardam nenhuma relação com o cenário internacional. As economias americana e europeia ensaiam uma trajetória de recuperação após

o desastre de 2008. Enquanto isso, pagamos pelos incontáveis equívocos de uma gestão que ignorou, nos últimos tempos, a responsabilidade fiscal e os fundamentos monetários que deveriam pautar a atuação governamental.

Temos enorme vocação para repetir os erros do passado. Nossa governança reincide sistematicamente em práticas somente encontradas em sociedades ainda desorganizadas sob o aspecto institucional. Essa postura revela descompromisso com os fundamentos que balizam todas as economias que se pretendem sólidas e sustentáveis, como o rigoroso controle de gastos públicos e o investimento em políticas e projetos de infraestrutura.

Ao caminhar no sentido contrário ao da história, encontramos os fantasmas do passado: inflação ascendente e recessão. Novamente

seremos promotores das atividades econômicas, aqueles que vão pagar a fatura. Como sempre, os ajustes propostos vão alcançar nossos empreendimentos, onerando os custos da produção de bens e serviços.

Por essas razões, devemos intervir no gerenciamento da atual crise. Precisamos lançar mão do processo político e da atuação dos movimentos e de organizações sociais. Assim vamos conseguir debater e propor ações reparadoras e reformas estruturais capazes de estabelecer as bases de uma nova economia voltada para o desenvolvimento. Somente com uma verdadeira revolução educacional é possível construir robustas estruturas econômicas e sociais mesmo em condições acentuadamente adversas. A receita foi aplicada há várias décadas pelo Japão e pelos tigres asiáticos. Ao Brasil, basta seguir os exemplos.

O país que merecemos ainda espera por nós. Encontrá-lo o quanto antes é o desafio do qual não podemos fugir para não condenarmos as novas gerações a protagonizar para sempre esse trágico enredo.

Um forte abraço!

Edson Pinto Neto

Presidente do Sindesp-MG



Nº 19 - Maio 2015

A **Revista Em Ação** é uma publicação do Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais - Sindesp-MG. Avenida Raja Gabaglia, 1492 - 10º andar - Gutierrez Belo Horizonte - MG - CEP: 30441-194 | Tel: (31) 3327-5300

Faça contato

Para enviar comentários, sugerir matérias, artigos ou registrar críticas, entre em contato conosco pelo telefone (31) 3327-5300 ou pelo e-mail sindesp-mg@sindesp-mg.com.br

Associe-se ao Sindesp-MG
www.sindesp-mg.com.br

SEGURANÇA PRIVADA: NOSSA MAIOR ATRAÇÃO!

A busca pela excelência far acontecer a 3ª edição do FORSEG-MG nos dias 15 e 16 de outubro. Estaja preparado para discutir debates e saber o que os grandes nomes e profissionais da Segurança Privada têm a dizer. Venha ampliar a sua visão de mundo e do mercado mineiro, compartilhando ainda mais a sua gestão empresarial.

15 e 16

OUTUBRO DE 2015

HOTEL MERCURE

BELO HORIZONTE



FORSEG-MG

3º FÓRUM
DE SEGURANÇA
DE MINAS GERAIS



Sindesp MG

Síndico das Empresas de Segurança
e Vigilância do Estado de Minas Gerais

www.sindesp-mg.com.br



10

ENTREVISTA

Proteja dados sigilosos da sua empresa adotando práticas de gestão de sigilos



18

GESTÃO

Faltas ao trabalho precisam ser bem administradas



28

ESPECIAL CAPA

Mudamos o nosso cartão de visitas!



40

PERFIL

Globalseg: segurança com excelência



20

POLÊMICA

PL da terceirização: vai impactar ou não na economia brasileira?



26

OLIMPIADAS

Segurança privada nas Olimpíadas Rio 2016



44

JURÍDICO

Coluna Dr. José Costa Jorge



46

ROTEIRO DE MINAS

Inhotim: um paraíso repleto de novidades

16

JUSTIÇA

Debate sobre a reforma política tem apoio do Sindesp-MG

32

GESTÃO

Trabalhe legal

24

NOTAS

34

SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Diabetes: qualidade de vida é o melhor remédio

30

REGULAMENTAÇÃO

Governo sanciona a lei anticorrupção

36

MERCADOS

Muitas cabeças em busca da mesma solução

38

ARTIGO

Mantenha-se conectado ao sucesso

48

GASTRONOMIA

Uma deliciosa paella mineira

42

FISCALIZAÇÃO

Mantenha em dia o registro de arma de fogo

50

EMPRESAS ASSOCIADAS AO SINDESP-MG

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Edson Pinto Neto

Diretor-Vice-Presidente
Renato Fortuna Campos

Diretor-Secretário Administrativo
José Roberto Gustavo de Souza

Diretor Econômico-Financeiro
Vasco Veiga Alves

Diretor para Assuntos Sindicais e Cursos de Formação
Márcio Elias de Santana

Diretor para Assuntos de Mercado, Planejamento e Marketing
Christian Bernardo Sepulveda Toffalini

Diretor para Assuntos de Escolta Armada e Segurança Pessoal
Fabio Ferreira

Diretor para Assuntos Jurídicos
Gustavo Augusto Castro e Lellis

Diretor para Assuntos de Segurança Eletrônica
Alexandre Andrade Magesk Belmiro

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos
Romis Melito Ferrarez
José Afonso de Oliveira Cunha
Gilson Naves de Souza

Membros Suplentes
Helio Carvalho Kneip
Bernardo Pereira Brandão
Antônio Edson Hautequestt Candal

Assessoria Jurídica
José Costa Jorge

Assessoria de Marketing e Mercado
Valéria Teixeira

Jornalista Responsável
Flávia Presoti (MG 05533 JP)
Presoti Comunicação

Revisão
Versão Final

Redação
Flávia Presoti
Manuel Marçal
Yan Fernandes

Capa, Diagramação e Projeto Gráfico
CYB Comunicação

ENTREVISTA

Cláudio Rêgo

PROTEJA DADOS SIGILOSOS DA SUA EMPRESA ADOTANDO PRÁTICAS DE GESTÃO DE SIGILOS

Flávia Presoti

Roubo de dados sigilosos por funcionários ou hackers; segredos que deveriam ser guardados a sete chaves, mas que, de uma hora para outra, deixam de ser segredos, causando tumulto e desconforto para a organização; vantagens competitivas que poderiam ser preservadas. Se a sua empresa ainda não emprega ações e técnicas especiais de gestão de sigilos, saiba que os riscos existem.

Para evitar o “inimigo”, o segredo está em adotar práticas profissionais de Gestão de Sigilos. Na edição passada (nº 18, dezembro 2014), a Revista Em Ação iniciou a discussão do tema ao publicar o artigo “Gestão de Sigilos e as empresas de segurança privada”. Visando aprofundar um pouco mais nesse assunto e entender os processos e as técnicas que minimizam os riscos de uma informação confidencial vazar, a revista Sindesp-MG Em Ação entrevistou Cláudio Andrade Rêgo. Por motivos profissionais e sigilos da profissão, o especialista não pôde ser fotografado.

Cláudio Rêgo é autor de três livros: Gestão de Sigilos para Decisores (Liderando as “Intelligence Activities”) é a sua última publicação. Líder do Núcleo de Estudos em Gestão de Sigilos no CNPq, Cláudio Rêgo foi professor do curso de Extensão em Sistemas de Inteligência de Segurança Pública da Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo, coordenador do Curso Avançado de Administração Policial Militar na Brigada Militar do Rio Grande do Sul e coordenador

e professor do curso de Inteligência Aplicada ao Trabalho de Investigação Policial na Academia de Polícia Civil de Minas Gerais (Acadepol). Além de ser professor universitário para cursos da área, Cláudio Rêgo trabalha com a implantação de sistemas de Gestão de Sigilos para grandes empresas, é Diretor Regional da Associação dos Profissionais em Segurança da Informação (ISSA) e Diretor do Centro de Instrução de Atividades Sigilosas. Confira trechos da entrevista concedida por ele.

Em Ação - O que vem a ser a Gestão de Sigilos para o mundo empresarial?

Cláudio Rêgo- De forma geral, Gestão de Sigilos significa administrar o que se deseja que seja conhecido de maneira controlada. É importante distinguir o Sigilo do Segredo. Em princípio, essas palavras transmitem a mesma impressão. Mas a retenção de conteúdo que o Segredo proporciona é feita a critério pessoal de quem o detém. O Sigilo é definido de maneira formal e disciplinada. Por isso, a palavra correta para determinar os graus de acesso a uma informação gerada por uma organização é o Sigilo. Especificamente para o mundo empresarial, essa consciência é essencial, já que trata dos elementos críticos para o planejamento de estratégias, para a proteção de vantagens competitivas e, especialmente, para o uso adequado das redes eletrônicas de informação, que são a espinha dorsal de qualquer organização.

Em Ação - Quando bem executada pelas organizações, a Gestão de Sigilos permite reduzir a incerteza na tomada das decisões?

Cláudio Rêgo - Sim e, sem dúvida, essa é a sua maior finalidade. O decisor precisa conhecer o máximo de fatos para que possa definir o melhor caminho para a sua organização. Dentre eles destacam-se os que estão protegidos pela concorrência e que compõem os Sigilos que precisam ser alcançados. Sem o acesso a esses Sigilos, as decisões ficam parecidas com aquelas tomadas no conhecido jogo “batalha naval”, em que cada competidor posiciona os seus navios em um tabuleiro que não pode ser visto

“ Empresas que utilizam o serviço de Gestão de Sigilos têm mais do que dados: dispõem de informações e conhecimentos exclusivos”

pelo outro.

A cada rodada, eles “atiram” tentando acertar as posições adversárias, primeiro, de forma totalmente aleatória, depois, agrupando as tentativas em torno das posições que deram algum resultado. Por incrível que pareça, é assim que a maioria das empresas toma as suas decisões: como se estivesse jogando em um tabuleiro de “batalha naval”.

Em Ação - Em sua opinião, como deve ser vista essa atividade pelo setor de segurança privada?

Cláudio Rêgo - Falando de uma forma simplificada, deve ser vista basicamente como esclarecedora dos chamados “fatos portadores do futuro” ou com uma função preditiva. Ainda que tenha as suas atividades de Proteção e Comunicação, é na visão antecipada dos fatos, proporcionada pela atividade de aquisição, que reside o grande diferencial para o negócio, até porque as outras duas são praticamente uma consequência. Afinal, ambas dizem respeito às necessidades de preservar e transmitir os conteúdos descobertos. Já de uma maneira mais completa, pode-se afirmar que essas atividades permitem às organizações prevenir surpresas, manter vantagens competitivas, confirmar ou negar planos dos oponentes e estabelecer contramedidas.

Em Ação - No Brasil existe alguma área governamental responsável pelo trabalho de obtenção de alertas antecipados visando a prevenção de crises devido ao vazamento de informações sigilosas?

Cláudio Rêgo - Como todos os países, o Brasil estruturou um órgão responsável por essas atividades. Essa estrutura está baseada nas experiências dos países aliados na Segunda Guerra Mundial e na Guerra Fria. Esse órgão era conhecido como “Intelligence Activities”. Essa expressão foi primeiramente traduzida para “Informações”. Na década de 60, criou-se o “Serviço Nacional de Informações” ou SNI. Na década de 90, a atividade foi traduzida para Inteligência. A premissa era se livrar da ideia de uma ligação dessas atividades com a Revolução de 1964. É nessa fase que se origina a atual Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Entretanto, a mesma legislação que criou a Abin reservou a palavra “Inteligência” no contexto de informações estratégicas usadas exclusivamente pelo Estado. E a péssima escolha da palavra e a sua banalização levou ao fracasso a iniciativa de dissociá-la das “Informações” e o crescente interesse do setor privado em contar com uma estrutura similar para os seus negócios. Agora a nomenclatura está sendo novamente transformada, desta vez, para “Sigilos”. Isso facilita o entendimento da sua finalidade, universaliza o seu uso e, paulatinamente, vem sendo adotado pelos usuários em todos os setores, inclusive no Terceiro Setor.

Em Ação - A área de Gestão de Sigilos pode ser dividida dentro de uma empresa, esque-maticamente, de que forma?

Cláudio Rêgo - Em princípio, essa área da organização deve ser dividida em três atividades que se completam. A primeira delas é a de aquisição. Essa macroárea engloba as atividades externas com alvos externos à organização e as ações voltadas para conquistar ou para manter superioridade de mercado; as internas, quando seus alvos são internos à organização e as suas ações são voltadas para subsidiar atividades de imposição da lei; e a atividade de neutralização, quando seus alvos são exclusivamente os órgãos de gestão de sigilos adversos, com ações voltadas para criar-lhes obstáculos de funcionamento. A segunda macroárea é a atividade de proteção, composta pelas necessidades funcionais, quando seus alvos são exclusivamente os órgãos de gestão de sigilos da própria organização e as suas ações voltadas para preservar o sigilo de suas atividades, de seus ativos, recursos, de suas fontes, dos métodos e das intenções. A parte operacional é objeto de proteção de empre-

gados e colaboradores, seus familiares e os fornecedores da própria organização. Essas ações são voltadas para evitar que adversários obtenham e associem evidências desclassificadas entre si e que tenham atividades sensíveis. Finalmente, a terceira delas é a de comunicação, nas suas vertentes Informação e Influência. Os alvos são audiências às quais se deseja transmitir mensagens amigas, neutras, competidoras, oponentes, adversárias ou inimigas.

Em Ação - Os conceitos Gestão de Sigilos e Gestão do Conhecimento se confundem?

Cláudio Rêgo - A Gestão do Conhecimento pode ser compreendida como o processo contínuo de criar e agregar conhecimentos existentes, socializando-os aos integrantes da organização e incorporando-os a novos produtos ou serviços, tecnologias e sistemas. Os sigilos são um tipo especial de conhecimento e um subconjunto especializado cuja gestão ocorre por meio de um processo analítico e sistemático voltado para apoiar uma decisão específica da organização e que existem porque há interesse nosso e de outros em manter a privacidade de alguns desses conhecimentos. Esses conceitos diferem profundamente na teoria e na prática porque a gestão do conhecimento se fundamenta em duas fic-



ções: a primeira, de que tudo o que se fizer necessário para decidir vai estar disponível ao Tomador de Decisão no momento em que for solicitado; a segunda, de que todos esses elementos serão sempre verdadeiros, sequer cogitando a possibilidade de que algum deles seja falso, falho, desonesto ou equivocado. Isso permite entender os desastres enfrentados diariamente pelas organizações que contam, em seu processo decisório, exclusivamente com a gestão do conhecimento.

Em Ação - O trabalho de espionagem desenvolvido por algumas empresas pode ser considerado um ramo da área de Gestão de Sigilos?

Cláudio Rêgo - A espionagem é crime previsto na legislação de praticamente todos os países, inclusive o nosso. Essa condição impossibilita considerar essa prática uma atividade de qualquer negócio lícito. Entretanto, a espionagem é paradoxalmente uma possibilidade teórica da Doutrina de Gestão de Sigilos e figura como uma das “Operações Clandestinas” da empresa. A situação se explica da mesma forma que a existência da possibilidade de haver monitoramento telefônico em países nos quais essas ligações são protegidas por sigilo legal: a necessidade que o Estado possa vir a necessitar delas. Assim, pelo menos em teoria, o Estado pode executar o que seria uma violação de direitos

fundamentando-se em critérios como a Proteção Nacional. De fato, em diversos Serviços de Gestão de Sigilos estrangeiros há seções com o nome de “Diretoria de Serviços Clandestinos” ou similar, explicitando a possibilidade oficial de seu uso em determinadas circunstâncias. No Brasil, a presença teórica da espionagem é uma questão de formalismo acadêmico, e a sua execução, uma impossibilidade legal, pelo menos para as empresas privadas.

Em Ação - Ainda há no mercado de segurança privada gestores que não enxergam o segmento como uma atividade consumidora dos produtos de uma área de Gestão de Sigilos. Como o senhor avalia essa questão?

Cláudio Rêgo - Essa visão depende muito da experiência dos gestores em questão. Muitos deles vêm das Forças Armadas e Auxiliares, onde conheceram a metodologia de produção da Gestão de Sigilos (ainda como “Informações” ou “Inteligência”). Essa visão considera que essas empresas utilizam em seu trabalho algumas das Ações Operacionais típicas de atividades, como Vigilância, Infiltração e Entrevista. Esses gestores acreditam que as organizações sejam produtoras de Sigilos. Entretanto, o que produzem de fato são investigações em vez de sigilos. Para isso, basta perceber que os seus resultados são voltados exclusivamente para esclarecer situações ocorridas e encaminhar processos judiciais relacionados a atos ilícitos em vez de influenciar o futuro da organização de forma analítica, oportuna e estratégica, que é a função da Gestão de Sigilos. Ao contrário do que se imagina, um fato interessante e muito esclarecedor sobre esse tema é que o Serviço Secreto dos EUA não faz parte da Comunidade de Sigilos daquele país. O serviço secreto dos EUA é um ávido consumidor do trabalho das agências e das suas congêneres estrangeiras, especialmente por ocasião das visitas ao exterior do presidente e de outros representantes dos EUA sob a sua proteção para poder realizar adequadamente os seus planejamentos de Segurança.

Em Ação - Empresas de segurança privada que têm em sua estrutura o serviço de Gestão de Sigilos implantado se diferenciam das empresas que não têm? Por quê?



Cláudio Rêgo - Certamente. As empresas que acrescentam esse serviço à sua estrutura demonstram que interpretaram corretamente a diferença que existe entre Segurança e Sigilo. Assim elas se qualificam para chamar a atividade pelo nome correto. Isso se reflete no momento de planejar as operações de qualquer natureza. Diferentemente, há empresas que misturam os conceitos e operam com os olhos voltados para o passado. Essas empresas utilizam elementos conhecidos e assim combatem as guerras de hoje com as técnicas passadas. As empresas que têm um Serviço de Gestão de Sigilos têm mais do que dados: dispõem de informações e conhecimentos exclusivos como a competência de trabalhar com os olhos no futuro. Assim elas conseguem antecipar tendências por meio de modelos matemáticos bastante sofisticados, evitando ameaças antes mesmo que elas se consolidem e criando oportunidades e vantagens únicas para o seu negócio.

Em Ação - O que é preciso para que uma empresa de segurança privada estruture o seu serviço de Gestão de Sigilos?

Cláudio Rêgo - Primeiro é preciso diferenciar claramente Investigar e Gerir Sigilos. É necessário também identificar se o desejo é ter uma área que cuide apenas da própria empresa ou se existe

a intenção de prover esse serviço para clientes do Serviço de Segurança. A ideia é fazer uma oferta integrada, pois, embora seja possível escalar o nível de um serviço interno para a prestação de serviços externos, o bom planejamento inicial dessa estrutura ajuda muito a otimizar os custos dessa transição. O modelo de negócio depende, basicamente, do tamanho, da distribuição geográfica e do orçamento disponível da organização e dos clientes. Essa condição envolve variáveis difíceis de definir de maneira genérica. Da mesma forma, pode ser desejado que essa área tenha a responsabilidade de desenvolver Planos de Contingência para situações de Gerenciamento de Crises. A situação é comum em organizações que têm um histórico de preferência em enfrentá-las a preveni-las ou conceder-lhe poderes de coordenação. Isso vai exigir que a área estabeleça claramente a jurisdição dos vários órgãos de informações departamentais e ter autoridade para manter continuamente esses órgãos no limite das suas zonas de ação. Finalmente é preciso investir na contratação de profissionais, estruturação tecnológica – especialmente informática e telecomunicações – e no estabelecimento de medidas de desempenho e de efetividade feitas por meio de uma variedade de indicadores que possibilitem ao empresário saber o quanto esse serviço está trazendo de retorno dos seus investimentos.

INVESTINDO EM PESSOAS,
GERANDO SOLUÇÕES.



Quem trabalha com segurança patrimonial precisa estar seguro. Quem faz a conservação e limpeza técnica, industrial e ambiental, com qualidade, precisa das melhores condições de trabalho.

O Grupo Magnus investe em treinamento especializado, com foco em serviços de alto nível, para grandes empresas. Fique tranquilo; as melhores soluções fazem parte do nosso grupo.



Rua Marquês de Maricá, 120 . Sto. Antônio . BH . MG • CEP: 30350-070
(31) 3349-2525 . grupomagnus.com.br

DEBATE SOBRE A REFORMA POLÍTICA TEM APOIO DO SINDESP-MG

Flávia Presoti

A crise na política brasileira tem levado inúmeras empresas e entidades a discutir a reforma política. No dia 2 de fevereiro, o Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais promoveu um debate sobre reforma política e eleições limpas na sede da entidade, em Belo Horizonte. O debate foi mediado por Diogo Graboís, diretor da Fundação Maurício Graboís e contou com cerca de 60 participantes.

O presidente do Sindesp-MG, Edson Pinto Neto, participou do evento e defendeu a importância de debates dessa natureza para o desenvolvimento do Brasil. “O momento da reforma política é oportuno na situação em que vive o nosso país. O Sindesp-MG apoia iniciativas como essa. Vamos caminhar juntos visando mudanças em nosso país”, diz.

Para o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais, Romualdo Alves Ribeiro, nenhuma categoria deve ficar de fora dos debates políticos do país porque pode ser atropelada por projetos que não interessam aos trabalhadores. “Ao promover o debate, a nossa intenção é inserir os trabalhadores no contexto

nacional. Temos a missão de envolver a categoria e a sociedade em discussões que impactam em nossa vida e na vida do país”, diz.

Para Romualdo, desenvolver trabalhos de conscientização dos problemas brasileiros é papel social do Sindicato dos Vigilantes. “Com essa iniciativa, mais uma vez o Sindicato dos Vigilantes cumpre o seu papel social”, revela.

O projeto da Reforma Política, Democrática e de Eleições Limpas é um movimento organizado pela Coalização Democrática, encabeçado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O movimento já conta com o envolvimento de mais de cem entidades no país.

O Manifesto da Sociedade Civil pela Reforma Política, Democrática e de Eleições Limpas foi criado pela Coalização Democrática em 28 de agosto de 2013 e aprovado durante reunião na CNBB. O objetivo é coletar 1,5 milhão de assinaturas. Os interessados devem entrar no site www.reformapoliticademocratica.org.br e preencher o formulário de coleta de assinaturas. Assim o Congresso Nacional pode aprovar o projeto de iniciativa popular da Coalização pela Reforma Política, Democrática e de Eleições Limpas. Esse projeto é o que apresenta uma proposta de representação política mais identificada com os anseios da maior parte da sociedade brasileira.

OS MELHORES VIGILANTES DO BRASIL SÃO FORMADOS AQUI!



A Escola Brasil de Segurança é especializada na formação de profissionais completos, prontos para atuar com excelência em qualquer área da segurança privada. Além disso, também oferece cursos para atualizar e modernizar as habilidades dos profissionais que já trabalham no mercado.

Tudo isso em uma estrutura completa com: estande de tiro, salas para treinamento de defesa pessoal, além de espaço para simulações com carro forte e porta giratória.

CURSOS DE FORMAÇÃO, EXTENSÃO E RECICLAGEM

Certificados pela Polícia Federal e válidos em todo o país.



Estande de tiro



Salas de aula totalmente equipadas



Salas para treinamento de defesa pessoal



Espaço para simulações e aulas práticas



Sala com carro forte e porta giratória

A SEGURANÇA DE VERDADE COMEÇA AQUI. ENTRE JÁ EM CONTATO.

 **(31) 3201-0708**

RUA CURITIBA, 500, 6º ANDAR - CENTRO, BELO HORIZONTE - MG

site: www.escoladeseguranca.com.br

facebook: facebook.com/escolabrasilideseguranca

FALTAS AO TRABALHO PRECISAM SER BEM ADMINISTRADAS

Advogado especialista nas áreas trabalhista e previdenciária, segurança e saúde do trabalho analisa o controle das faltas e fala sobre os desafios que as empresas precisam enfrentar para cumprir as exigências do eSocial

Flávia Presoti

Para ajudar os funcionários das empresas de segurança privada a gerir as faltas justificadas e injustificadas e a saber lidar com as exigências do eSocial, o Sindesp-MG tem papel fundamental. A entidade procura esclarecer as dúvidas de empresários e funcionários das empresas de segurança privada e harmonizar as questões com as exigências legais referentes a faltas justificadas, injustificadas e ao eSocial.

As empresas de segurança precisam atualizar seus gestores e colaboradores e valorizar o conhecimento e as habilidades de cada um. É com essa visão que o Sindesp-MG vem contribuindo para o aprimoramento desse capital humano. Assim os profissionais vão poder fazer a diferença no mercado mineiro da segurança privada e garantir às empresas menos problemas judiciais e ajudar a evitar multas ao promover discussões sobre temas de interesse da categoria.

O advogado Rodrigo Dolabela foi o convidado especial da primeira edição do ciclo de palestras 2015 do Sindesp-MG. O evento ocorreu no dia 9 de março, no auditório do Sindicato. O público participante foi expressivo e interessado em esclarecer dúvidas sobre as faltas justificadas e injustificadas. Outra temática muito explorada foi o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial). O eSocial possibilita a redução de fraudes e sonegações no recolhimento de impostos e na prestação das informações trabalhistas e previdenciárias. Mas, para evitar problemas com o Sistema, as empresas e os funcionários precisam se adequar.

Segundo o advogado Rodrigo Dolabela, a implantação do eSocial vai exigir dos profissionais de Recursos Humanos das empresas de segurança privada mais controle com relação às faltas justificadas e injustificadas dos trabalhadores. “Será preciso conhecer bem as normas da CLT que se referem à jornada de trabalho para evitar problemas para o empregador”, diz.

As faltas justificadas e injustificadas, a ordem de preferência dos atestados médicos, o Código Internacional de Doenças (CID), os requisitos para elaboração do atestado médico, o regulamento interno e o documento coletivo, o banco de horas, a rescisão contratual, dentre outros temas dessa natureza previstos pela Constituição Federal de 1988, estavam entre os assuntos detalhados pelo especialista.

Para a Gerente de RH Patrícia Batista Oliveira, a palestra promovida pelo Sindesp-MG superou as expectativas. “O Sindesp-MG está de parabéns pela escolha do tema. Foi excelente! Além de debater as faltas justificadas e as injustificadas dos trabalhadores, os especialistas tiraram dúvidas dos presentes. E o palestrante trouxe informações sobre o eSocial que vão nos ajudar. Na nossa empresa, formamos uma comissão para cuidar das demandas do eSocial. Com as dicas do Dr. Rodrigo, certamente vamos trabalhar com mais segurança”, diz.

Várias foram as dicas passadas por Rodrigo Dolabela aos participantes. Na opinião do palestrante, o controle dos atestados médicos deve ser redobrado.

Ele faz essa recomendação não só por causa

do auxílio-doença, mas porque o eSocial implicará a necessidade de constar no regulamento interno da empresa um prazo para a apresentação do atestado médico. “O ideal é apresentar o atestado até o fechamento da folha de pagamento”, comenta.

Sobre esse controle e o envio dos atestados médicos dentro do prazo para o INSS, o empresário Gustavo Lellis defende atenção redobrada por parte das empresas. O objetivo é evitar que as organizações paguem a conta sozinhas. “Fiquei muito satisfeito com o nível da palestra. As informações passadas pelo especialista vão acrescentar muito para a minha empresa. A rotina dos gestores e a rotatividade de funcionários às vezes nos limitam de promover treinamentos mais completos e produtivos. Com essa iniciativa, o Sindesp-MG consegue levar mais qualificação para as empresas de segurança privada. Gostei tanto que sugeri à diretoria do Seac que também promova esse evento para o segmento de limpeza e conservação”, comenta.

Para Gustavo Lellis, a palestra também serviu para alertar as empresas para providenciar o que for preciso e criar um sistema mais rígido de acompanhamento de atestados médicos.

Segundo Rodrigo Dolabela, por causa do eSocial, as empresas não vão poder mais ter fechamento antecipado

de ponto. “Será preciso fechar a folha de pagamento no último dia útil do mês”, lembra.

O uso do bom senso para avaliar alguns casos referentes à falta do trabalhador é também lembrado pelo advogado como necessário em alguns casos. A Convenção Coletiva de Trabalho da categoria de vigilantes também deve ser levada em conta pelo departamento de pessoal.

O Gerente Operacional Rogério de Souza trabalha há 24 anos no segmento de segurança privada. Ele elogiou as dicas e os exemplos práticos aplicáveis no dia a dia do operacional de uma empresa de segurança privada passados pelo especialista. “No nosso dia a dia, não temos contato direto com a legislação que foi apresentada. A palestra foi pautada por uma legislação cujos indicadores apresentados eu desconhecia. Se essas dicas não forem aplicadas, elas podem impactar diretamente na saúde financeira da empresa”, diz.

Ainda de acordo com Rogério, as dicas são úteis, principalmente para aqueles gestores que atuam diretamente na linha de frente, aceitando ou recusando atestados médicos de funcionários. Conhecendo as leis e aplicando as dicas passadas pelo especialista, esse funcionário vai evitar desgastes ao tratar o problema.



Dr. Rodrigo Dolabela defende o uso do bom senso para avaliar casos referentes à falta do trabalhador



Público elogiou a escolha do tema feita pelo Sindesp-MG

PL DA TERCEIRIZAÇÃO: VAI IMPACTAR OU NÃO NA ECONOMIA BRASILEIRA?

Na avaliação do vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), o deputado federal Laércio Oliveira, o PL vai estimular a economia, gerar emprego e proteger o trabalhador terceirizado

Flávia Presoti

Polêmico, o Projeto de Lei 4.330/2004 propõe regulamentar a terceirização de trabalhadores nas empresas brasileiras. O PL foi aprovado na Câmara dos Deputados no dia 22 de abril. Agora segue para votação no Senado.

Vários foram os impasses, as reviravoltas e as negociações de última hora no PL da Terceirização. O texto com a nova redação, apresentado pelo deputado Arthur Maia (SD- BA), teve 230 votos a favor, 203 contra e quatro abstenções.

Com a emenda aprovada, a terceirização de toda atividade-fim (função principal da empresa) será mantida. De acordo com o texto, empresas estatais não podem terceirizar. Isso somente é possível para empresas privadas. Qualquer atividade, incluindo as atividades-fim, pode ser terceirizada. Um banco, por exemplo, pode terceirizar serviços de limpeza e segurança e a própria atividade dos bancários. O texto também prevê a extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários aos terceirizados de atividades-meio que prestam serviços no setor público.

Para o deputado federal e vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Laércio Oliveira, apesar dos ataques por total desconhecimento, o PL é muito bom para o Brasil porque vai estimular a economia nesse momento de crise, gerar emprego e proteger o trabalhador terceirizado. “É uma conquista para o Brasil que trabalha”, afirma. “Hoje em dia, a terceirização não tem regra nem garantias. O Projeto de Lei dá segurança jurídica para as partes envolvidas. Ele protege o trabalhador, fomenta a ampla geração

de empregos e transforma o Brasil num país mais competitivo e produtivo”.

Um dos pontos fundamentais destacados por Laércio na PL 4330 é a dupla garantia do trabalhador por meio da CLT. “A primeira é a da relação direta patrão – empregado, e a segunda, a do contratante da terceirização, que passa a ter responsabilidade trabalhista e se torna corresponsável pelos direitos do trabalhador. Por sua vez, o trabalhador passa a ter também a garantia de direitos dos trabalhadores em casos de refeitório (alimentação), transporte e serviço médico”.

O advogado Clélio Gomes, da Copello Gomes Sociedade de Advogados, explica que a terceirização nada mais é do que a horizontalização na prestação de serviços. “Como fenômeno econômico, a terceirização se caracteriza pela especialização da atividade empresarial, pela adoção do modelo de empresa horizontal (em que as etapas do processo produtivo são distribuídas no mercado - cada empresa desenvolve uma parte do processo produtivo, especializando-se cada vez mais naquela etapa, gerando eficiência). O modelo horizontal se contrapõe ao modelo de empresa vertical, em que todas as etapas do processo produtivo e todas as atividades são realizadas pela mesma empresa”, diz.

O advogado esclarece também alguns mitos sobre a terceirização. “A afirmação de que a terceirização busca um aumento nos lucros é mito, pois todo processo de horizontalização implica pulverização dos lucros da empresa. Outro mito é o que aponta a terceirização como uma ideia do empresário para si”.



Sobre o texto aprovado na Câmara:

Que atividades podem ser terceirizadas?

Qualquer atividade, incluindo as chamadas atividades-fim.

Quem pode terceirizar?

Só as empresas privadas. As empresas públicas, como Petrobras e Banco do Brasil, não podem terceirizar as atividades-fim. As regras não se aplicam aos contratos de terceirização na administração direta, autarquia, em fundações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Quais as responsabilidades das empresas envolvidas?

A empresa tomadora dos serviços deve fiscalizar mensalmente o correto pagamento das verbas salariais e previdenciárias do empregado terceirizado. Se não houver fiscalização, o tomador será responsável solidário. Isso significa que o terceirizado pode cobrar na Justiça as verbas trabalhistas e previdenciárias de qualquer uma das empresas. Em caso de não pagamento, a contratante deve reter o pagamento da fatura mensal da empresa contratada em quantia proporcional ao valor inadimplente e pagar diretamente os salários, tributos e o FGTS.

Como fica a representação sindical do trabalhador terceirizado?

Quando a terceirização for entre empresas que pertençam à mesma categoria econômica, os empregados da contratada serão representados pelo mesmo sindicato que representa os empregados da contratante.

Os terceirizados terão direitos iguais aos dos funcionários da contratante?

Eles podem ter acesso a refeitórios, serviços de transporte e atendimento ambulatorial oferecidos pela contratante aos seus

empregados. Já benefícios extras, como participação nos lucros e convênio médico, devem ser objeto de negociação do sindicato representativo do trabalhador.

Como fica a situação do terceirizado em caso de troca de empresa?

Em caso de troca de empresa prestadora de serviços com a admissão de empregados da antiga contratada, os salários e os direitos do contrato anterior devem ser garantidos.

Como fica o pagamento de tributos?

As empresas contratadas dos serviços de empresas terceirizadas devem recolher 1,5% de IRRF, 1% de CSLL e 3,65% de PIS e Cofins. No entanto, elas vão ter menor acesso a crédito tributário, que vai cair do atual patamar de 9,25% para 3,65%.

Como ficam os contratos em vigor?

Contratantes e contratadas não podem prorrogar contratos em vigor que não atendam às novas exigências.

Acaba a alegação do terceirizado de vínculo empregatício com a contratante?

Se for comprovado que o terceirizado presta serviço à contratante, que só ele é capaz de realizar e recebe ordens diretas dele, o vínculo será reconhecido.

Como será recolhida a contribuição ao INSS?

Diferentemente do que desejava o ministro da Fazenda, o pagamento será de 20% sobre a folha de pagamento e não de 5,5% sobre o faturamento. As empresas que fazem a cessão de profissionais em vez de maquinário vão continuar pagando alíquota de 11% sobre a receita bruta.

(Fonte: Estadão)

Advogado Clélio Gomes enumera os pontos fortes e fracos da PL 4330/2004

1º. O PL requer sociedade empresária registrada na Junta Comercial.

Em seu art. 2º, o PL 4330 dispõe que a empresa prestadora de serviços é sociedade empresária. Dessa forma, o PL 4330 afasta a sociedade simples da terceirização. Com isso, as atividades intelectuais, de natureza científica, literária ou artística que não constituam elemento de empresa ficam fora da terceirização. A empresa terceirizada deve revestir-se de um dos tipos da sociedade empresária, limitada ou anônima, e ser registrada na Junta Comercial, não no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

2º. O PL prevê a possibilidade de imobilização de capital social para garantia dos credores:

Em seu art. 3º, §1º, o PL prevê: “Convenção ou acordo coletivo de trabalho podem exigir a imobilização do capital social em até 50% dos valores previstos no inciso III deste artigo”.

Esse expediente só existe no Brasil para as sociedades anônimas abertas, fiscalizadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e para as instituições financeiras, fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

É um expediente importante para a garantia dos credores, principalmente os trabalhadores, pois vão ter uma parte do capital social imobilizado para garantir o pagamento dos seus créditos em situação de crise econômico-financeira da empresa. Como foi dito, esse expe-

diente não existe para as empresas privadas que trabalham como terceirizadas.

3º. O PL prevê a responsabilidade do CONTRATANTE por acidente de trabalho e doença ocupacional:

Em seu art. 7º, o PL 4330 dispõe: “É responsabilidade da contratante garantir as condições de segurança e saúde dos empregados, enquanto os trabalhadores estiverem a seu serviço, em suas dependências ou em local por ela designado”. Não resta dúvida de que se trata de responsabilidade ou garantia solidária, isto é, em caso de acidente de trabalho ou doença ocupacional, tanto a contratante quanto a empresa terceirizada serão responsáveis. Essa solidariedade não existe atualmente, uma vez que a súmula 331 do TST prevê apenas a responsabilidade subsidiária da contratante tomadora dos serviços terceirizados.

4º. O PL prevê a responsabilidade solidária da CONTRATANTE pelas obrigações trabalhistas.

5º. O PL prevê a responsabilidade solidária em caso de subcontratação:

Em seu art. 11, o PL prevê que, em caso de subcontratação de serviços, ou seja, quando a empresa terceirizada contrata outra terceirizada, ambas terão responsabilidade solidária pelas obrigações trabalhistas.

6º. O PL prevê a retenção e o recolhimento do INSS pela CONTRATANTE:

Em seu art. 13, o PL prevê que o recolhimento das contribuições previdenciárias relativas aos trabalhadores contratados será feito pela contratante. Com isso, o PL garante que as contribuições previdenciárias serão recolhidas diretamente pela contratante e descontadas da fatura da empresa terceirizada.

Vem aí...

Prêmio Mérito e Benemérito da Segurança Privada Nacional 2015

Inscreva já a sua empresa!
Não percam essa oportunidade.
Sua empresa merece ser reconhecida nacionalmente!



Participem!



Inscrições pelo site: www.fenavist.com.br ou pelo e-mail: fenavist@fenavist.org.br

ADVOGADOS DISCUTEM O ORDENAMENTO JURÍDICO DA SEGURANÇA PRIVADA

No dia 16 de abril, assessores jurídicos dos Sindesp de diversos estados se reuniram em Brasília/DF com assessores jurídicos do setor de asseio e conservação. Eles participaram de um evento para discutir temas de interesse da categoria. O encontro aconteceu no auditório da Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo (CNC), na capital federal. O Assessor Jurídico do Sindesp-MG, Dr. José Costa Jorge, representou as empresas de segurança privada de Minas Gerais associadas à entidade. O fórum foi promovido pela Federação Nacional de Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e pela Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental (Febrac).

Convenção coletiva, menor aprendiz, Estatuto da Segurança Privada, PL 7.699/06 e PL 4330/04, portadores de deficiência e jurisprudências de interesse do setor de serviços estiveram entre os diversos temas discutidos no encontro. Participaram 35 advogados representando o sindicato patronal da segurança privada de cada estado.

Durante o encontro, foi mencionada também a Medida Provisória número 664/2014, que obriga a empresa a efetuar o pagamento do salário do empregado, desde que o afastamento tenha ocorrido por até 30 dias por motivo de doença e que tenham sido informados os efeitos e a vigência do ato normativo.

O REAJUSTE SALARIAL DOS VIGILANTES É DE 7,57%

A Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) para o ano de 2015 foi protocolada no último dia 18 de março.

Com o reajuste de 7,57%, o piso salarial do vigilante passa a ser de R\$1.350,00 mensais. A cesta básica foi fixada em R\$95,20, e o auxílio para assistência médica, em R\$76,80.

O piso salarial para o pessoal administrativo é de R\$1.198,22 mensais, à exceção daqueles empregados que prestam serviços de faxina, contínuo, servente ou assemelhados, que terão o piso de R\$794,91 mensais.

A vigência da Convenção Coletiva de Trabalho de 2015 é de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015. A data-base da categoria é 1º de janeiro.



Curta e acompanhe
a fanpage de quem
mais entende de
segurança privada

facebook

f /SindespMinasGerais

Sindesp MG
Sindicato das Empresas de Segurança
e Vigilância do Estado de Minas Gerais

Av. Raja Gabaglia, 1492, 10º andar - Gutierrez - CEP: 30441-194
sindesp-mg@sindesp-mg.com.br | (31) 3327-5300

SEGURANÇA PRIVADA NAS OLIMPIADAS RIO 2016

Fenavist dá o pontapé inicial para definir as estratégias de atuação da segurança privada nas Olimpíadas Rio 2016.

Flávia Presoti

Em fevereiro, o presidente da Fenavist, Jeferson Furlan Nazário, reuniu-se em Brasília (DF) com o Secretário Extraordinário de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça (Sesge/MJ), Andrei Augusto Passos Rodrigues. A pauta da reunião foi a troca de informações para consolidar um planejamento da atuação da segurança privada nos Jogos Olímpicos de 2016.

O presidente da Fenavist confirmou o interesse da Sesge/MJ de fortalecer a aproximação com a Fenavist para traçar estratégias dirigidas especificamente à atuação da segurança privada nas Olimpíadas Rio 2016.

Segundo o presidente Jeferson Nazário, um estudo realizado pelo Ministério da Justiça indica uma real possibilidade de o Governo Federal assumir integralmente o custo financeiro da segurança das Olimpíadas.

O processo de escolha e de contratação das empresas de segurança privada pode ser realizado pela Sesge/MJ, utilizando recursos da União. O procedimento é contrário ao ocorrido na Copa do Mundo de Futebol em 2014, que ficou a cargo do Comitê Organizador Local da Federação Internacional de Futebol Associado (COL/Fifa).

A estimativa inicial é da necessidade de contratação de cerca de 16 mil profissionais de segurança privada para as Olimpíadas Rio 2016. A esse respeito, o presidente da Fenavist reafirmou que o Brasil dispõe de quantidade suficiente de empresas qualificadas com número de profissionais preparados para atender a todas as demandas de grandes eventos.

A presença dos stewards nos principais estádios também foi tema do encontro. Os assuntos apresentados pela Fenavist estão em estudo pela Sesge/MJ.

Participaram da reunião o Coordenador-Geral de Execução Operacional da Sesge/MJ, Humberto Freire de Barros, a Chefe de Gabinete da Sesge, Virgínia Rodrigues Palharini, e o Diretor Executivo da Fenavist, Paulo Lacerda.



Agora, nossa parceria é com a CDL/BH

Soluções inteligentes que sua empresa precisa!



**Associe-se ao Seac-MG para essa
e muitas outras vantagens.**

• Qualificação profissional • Convênio médico • Plataforma de soluções



MUDAMOS O NOSSO CARTÃO DE VISITAS!

Projeto gráfico moderno, visual mais clean, novas colunas e conteúdo sempre atual e mais atraente. A revista Sindesp-MG Em Ação se reformula para que você se sinta mais à vontade e fique mais próximo da gente

A necessidade de administrar o tempo tornou-se uma das principais reclamações do ser humano. São inúmeros os profissionais que sugerem um dia com mais de 24 horas para se dedicar aos prazeres da leitura, do convívio familiar e do lazer.

Sabendo que o seu tempo, leitor, é precioso e que são inúmeras as publicações que chegam a suas mãos, resolvemos repaginar a revista.

A equipe de comunicação e a diretoria do Sindesp-MG percebem que é hora de mudar, de dar um “up” na publicação que foi feita para você. O resultado: design mais arrojado, mais clean, novas colunas, foco nos seus interesses e prioridade para o que você gosta.

A mudança vem com o lançamento da logo-marca do Sindesp-MG. “A Confederação Nacio-

nal do Comércio (CNC), a Fenavist e os sindesps do Brasil unificaram sua marca, alterando apenas a sigla de cada estado. O objetivo dessa medida é fortalecer institucionalmente os sindicatos patronais do setor de segurança que, a cada dia, conquistam mais representatividade”.

A nova revista do Sindesp-MG chega para os seus associados a partir desta edição com um projeto gráfico mais atraente. Pensamos no dia a dia e na praticidade que atendam às suas necessidades, leitor. A ideia é tornar as próximas edições cada vez mais identificadas com você, adaptadas ao seu ritmo e, principalmente, contar com a sua participação.

Segundo a Assessora de Marketing e Mercado do Sindesp-MG, Valéria Teixeira, a nova apresen-

tação da revista faz uso mais inteligente do espaço. “Imagens, infográficos, tabelas e outros recursos gráficos contribuem para facilitar e tornar a leitura mais agradável. A equipe de comunicação do Sindesp-MG fez uma análise criteriosa das publicações anteriores para chegar a um modelo mais interessante e que proporcione um conforto estético e mais agradável”, diz.

Além disso, você pode baixar a edição de

qualquer lugar. Basta ter um perfil no facebook e acessar a nossa fanpage no endereço: Facebook/sindespminasgerais.

O conteúdo de cada edição e das próximas vai ser disponibilizado nas redes sociais e ficar ao seu alcance. Além disso, você pode ter acesso ao conteúdo da revista pelo site www.sindesp-mg.com.br.

Tenha uma boa leitura, aproveite cada edição feita especialmente para você e diga o que você achou.



2012



2013



2014



2015

GOVERNO SANCIONA A LEI ANTICORRUPÇÃO

Dr. José Costa Jorge
Assessor Jurídico do Sindesp-MG

No dia 18 de março, o governo sancionou o Decreto nº 8.420 que regulamenta a Lei nº 12.846/2013, chamada de “Lei Anticorrupção”. Em vigor desde janeiro de 2014, a lei foi criada para punir empresas envolvidas em práticas relacionadas à corrupção com a aplicação de multas de até 20% do faturamento.

O decreto regulamenta diversos aspectos da lei, como critérios para o cálculo de multas, parâmetros de avaliação de programas de *compliance*, regras para a celebração dos acordos de leniência e disposições sobre os cadastros nacionais de empresas punidas. Grande parte desses procedimentos está sob a responsabilidade da Controladoria-Geral da União (CGU).

O decreto regulamentador fixa critérios de acréscimo e de diminuição de percentuais das penalidades pecuniárias para a definição do valor final da multa. Caso não seja possível utilizar o faturamento bruto da empresa, o valor da multa será limitado entre R\$ 6 mil e R\$ 60 milhões.

O referido decreto também estipula as condições para celebração de acordo de leniência – um ajuste que permite à empresa infratora participar da investigação para prevenir ou reparar dano de interesse coletivo.

Para celebrar o acordo de leniência, a empresa deve reconhecer a participação na infração, identificar envolvidos, reparar integralmente o dano causado e cooperar com a investigação, além de fornecer documentos que comprovem a prática da infração.

Cumprido o acordo de leniência, a pessoa jurí-

dica tem direito à isenção da publicação da decisão sancionadora, da proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações de órgãos ou entidades públicos, isenção ou atenuação de punição restritiva ao direito de licitar e contratar e redução do valor da multa, se houver.

O decreto também estabelece os mecanismos e os procedimentos de integridade, auditoria, aplicação de códigos de ética e de conduta e incentivos de denúncia de irregularidades que devem ser adotados pela empresa. O objetivo é detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nacional ou estrangeira.

O denominado programa de integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e os riscos atuais das atividades de cada pessoa jurídica. Por sua vez, cada empresa deve garantir o seu constante aprimoramento para garantir efetividade do programa.

Dentre outros parâmetros de avaliação do programa de integridade, consta do decreto regulamentador a adoção, por parte das empresas de procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros. O pagamento de tributos, a sujeição a fiscalizações e a obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões estão entre esses fatos que geram contatos das empresas com entes públicos.

Tranquilidade é tudo o que sua empresa quer quando contrata um Seguro de Vida em Grupo.



Produtos exclusivos e desenvolvidos através de Análise de Mercado.

Veja algumas vantagens:

- Regulação de Sinistro.
- Agilidade nos processos do RH.
- 12 diferenciais que o mercado não possui.

Ligue agora mesmo para nossa Central de Atendimento.

Para mais informações entre em contato com a nossa Central de Atendimento, das 8h00 às 18h00 pelos telefones:

PABX: **11 - 3127 - 5400**
4003 - 5152
(capital e regiões metropolitanas)
0800 - 888 - 5152
(demais localidades)

A Mezzo disponibiliza o Seguro de Vida em Grupo ideal para sua empresa de vigilância.

Você e seus funcionários podem ficar tranquilos, proporcionamos uma cobertura completa na medida da sua empresa.

O maior benefício do nosso Seguro de Vida em Grupo, é que ele foi desenvolvido especialmente para o mercado de serviços terceirizados

Sabemos exatamente o que esse mercado necessita, e proporcionamos vantagens e benefícios que outros planos não oferecem.



TRABALHE LEGAL

Descumprimento das leis trabalhistas pode acarretar grandes prejuízos. Especialistas alertam para a importância de as empresas de segurança cumprirem a escala de trabalho 12 x 36

Yan Fernandes

Você sabe até quantas horas semanais o seu vigilante pode trabalhar? E como funciona a jornada 12 x 36? Essas e outras perguntas foram debatidas pelos mestres em Direito Empresarial Dr. Clélio Gomes e Dr. Juliano Copello durante palestra promovida pelo Sindesp-MG no dia 14 de abril.

No início do evento, os advogados conceituaram a jornada de trabalho e explicaram que, de acordo com o artigo 7º, XIII, os trabalhadores em geral devem trabalhar no máximo oito horas diárias, ou 44 horas semanais. Segundo o Dr. Juliano Copello, as empresas devem respeitar os limites estabelecidos na legislação para não correrem o risco de ser severamente punidas. Entretanto, há exceções: “Pela lei, além das oito horas diárias, o empregado poderia trabalhar mais duas horas, mediante acordo individual ou, até mesmo, cumprir jornada de trabalho de 12 horas em um só dia, caso esteja prestando serviços inadiáveis ou atendendo à demanda resultante de força maior”. “No caso do vigilante, o labor acima do limite constitucional é possível por meio da adoção de jornada 12 x 36, hipótese que depende de previsão em instrumento coletivo”, explica.

A compensação e o banco de horas também foram abordados. Segundo Copello, os dois termos são distintos e não devem ser confundidos. Pela lei, o vigilante submetido ao regime de 44 horas se-

manais (e não em 12 x 36), pode trabalhar em horas diárias excedentes, pois estaria compensando tempo para não trabalhar, por exemplo, no final de semana. Portanto, ele estaria, em verdade, apenas redistribuindo o tempo de jornada que, por regime, deveria cumprir diariamente, dentro das 44 horas semanais. Já no banco de horas, hipótese não concebida na CCT dos vigilantes, o profissional acumula um “saldo” de horas extras (crédito ou débito) que, ao final de um período, será compensado ou remunerado ao empregado. Nesse caso, não há necessariamente o limite semanal para atender a essa providência.

Outro assunto que gera dúvidas entre as empresas é a Súmula 444 do TST. A decisão superior prevê a validade da jornada especial (12 x 36) e a remuneração em dobro para os vigilantes nesse regime que trabalharem em feriados. “É válida, em caráter excepcional, a jornada de 12 horas de trabalho por 36 de descanso, prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho, assegurando a remuneração em dobro em feriados. O empregado não tem direito ao pagamento adicional referente ao labor prestado na 11ª e na 12ª hora”, explica o especialista.

Felipe Campos, da associada Proevi Segurança Patrimonial, contou a própria experiência: “Tinha muitas dúvidas sobre a súmula 444. A palestra me ajudou bastante. Agora eu sei quantas horas os nossos empregados do regime 12 x 36 podem trabalhar e como funciona a remuneração em caso de jornada aos feriados”.

“Dentre as dúvidas corriqueiras estão a jornada de revezamento técnico e a escala para substituir profissionais de folga”, informa o supervisor administrativo da GVS3 Segurança, William Costa Araújo. O advogado também esclarece que os vigilantes podem cobrir a falta dos outros empregados, caso a jornada esteja dentro das horas-limite regidas por lei, a depender da escala empregada. E é sempre importante frisar e preservar com rigor as pausas e os repousos regulamentares.

Juliano Copello conclui, ressaltando a importância de as empresas seguirem as normas trabalhistas impostas pela legislação. “Muita gente comete grandes infrações na hora de definir a jornada de trabalho dos seus colaboradores. Essas faltas podem trazer grandes prejuízos para a organização”, finaliza.



Dr. Juliano Copello: “as empresas devem respeitar os limites estabelecidos na legislação para não correrem o risco de ser severamente punidas”



Interação dos participantes levou ao esclarecimento de várias dúvidas

DIABETES: QUALIDADE DE VIDA É O MELHOR REMÉDIO

Doença que afeta quase 400 milhões de pessoas em todo o mundo, a diabetes impacta diretamente na qualidade de vida das pessoas, se não for controlada

Flávia Presoti

Se você é uma daquelas pessoas que só têm olhos para o trabalho, vive estressada, passa longe de uma atividade física e opta sempre pela alimentação saborosa, mas hipercalórica, cuidado! Você pode ser surpreendido por um diagnóstico de diabetes.

No Brasil, dados da Sociedade Brasileira de Diabetes registram quase 13,5 milhões de pessoas portando a doença. Mas a boa notícia é que há meios para você ficar de fora dessa estatística.

Segundo o médico Artur Mendes, o controle da alimentação e a prática frequente de exercícios físicos (ao menos 150 minutos por semana) são peças-chave para a prevenção e o controle da doença em casos diagnosticados.

A obesidade é um dos grandes responsáveis pelo aumento no número de casos de diabetes no mundo. “Pacientes muito acima do peso precisam procurar orientação médica. A obesidade é um fator de risco para o desenvolvimento da doença e precisa ser investigada. Além disso, a súbita perda de peso, o cansaço, a sensação de boca seca, a vista embaçada ou turva e a vontade de urinar com frequência são sintomas comuns da diabetes”, diz o médico.

Vale lembrar que outros riscos, como a predisposição genética, contribuem para a doença. Na diabetes tipo 2, esses sintomas podem se instalar de maneira gradativa. Muitas vezes, esses sinais não são percebidos. Na diabetes tipo 1, os sintomas se instalam rapidamente.

Aos 60 anos de idade, o Procurador de Justiça Eleazar Villaça vive com a diabetes tipo 2 há dez anos. O jurista é exemplo de pessoa que vive com a patologia sem comprometer a sua qualidade de vida. Ele revela ter aprendido a viver bem com a diabe-

tes após receber um diagnóstico de estágio avançado da doença. “Sempre gostei muito de praticar corrida. Se eu fosse sedentário, certamente teria sido mais complicado para mim. Tenho histórico familiar e procurei ajuda médica após perder muito peso em pouco tempo. Sentia muita fome, comia em excesso, e não engordava”, relata.

Tenho uma alimentação equilibrada, saudável e continuo praticando exercícios físicos. Além do uso da insulina, eu faço acompanhamento médico duas vezes ao ano”, diz.

A diabetes é uma doença crônica que se tornou um dos maiores problemas de saúde pública mundial. O médico Artur Mendes explica que a doença é caracterizada pelo excesso de glicose na corrente sanguínea. Em médio prazo, a doença traz prejuízos terríveis para a saúde, caso não seja controlada. “A diabetes causa danos nos vasos sanguíneos e nos nervos, gerando aumento de eventos cardiovasculares, como o infarto e o acidente vascular cerebral. Problemas renais e perda de sensibilidade nas extremidades do corpo também estão na lista dos desconfortos provocados pela doença. Além disso, a doença figura como uma das principais causas de cegueira no mundo”, explica.

Ter a disciplina de Eleazar Villaça para comer de três em três horas alimentos sa-

dáveis, fazer atividade física e controle médico anualmente são medidas fundamentais para o sucesso do tratamento.

Na opinião do médico, casos nos quais já exista um excesso de glicose no sangue mas que ainda não configuram como diabetes podem ser revertidos somente com atividade física e alimentação adequada. Mas, para isso, é necessário que o paciente consiga ter a mesma disciplina de Eleazar Villaça.

Por essa razão, a principal recomendação da Sociedade Brasileira de Diabetes para ajudar a evitar a ocorrência de novos casos da doença é evitar o abuso de doces e gorduras. “Uma dieta rica em fibras e com menor quantidade de gorduras combinada com a caminhada de até 40 minutos durante quatro vezes por semana é o mais indicado. E lembre-se: ao fazer isso, você estará prevenindo outras doenças importantes, como as cardiovasculares, a osteoporose, etc.”.

- 383 milhões em todo o mundo
- 592 milhões em 2035

(Fonte: Universidade de East Anglia)

- Quase 13,5 milhões têm a doença no Brasil

(Fonte: Sociedade Brasileira de Diabetes)

RECOMENDAÇÕES

- * O tratamento da diabetes exige, além do acompanhamento médico especializado, os cuidados de uma equipe multidisciplinar. Procure seguir as orientações desses profissionais;
- * A dieta alimentar deve ser observada criteriosamente. Procure ajuda para elaborar o cardápio adequado para o seu caso. Não é necessário que você se prive por toda a vida dos alimentos de que mais gosta. Uma vez ou outra, você pode saboreá-los, desde que o faça com parcimônia;
- * Um programa regular de exercícios físicos vai ajudá-lo a controlar o nível de açúcar no sangue. Coloque-os como prioridade em sua rotina;
- * O fumo provoca estreitamento das artérias e das veias. Como a diabetes compromete a circulação

EXAMES PERIÓDICOS

- Jovens acima de 20 anos
Fazer os exames com intervalos de três a cinco anos
 - A partir dos 50 ou 60 anos
Fazer os exames anualmente
- (Fonte: Dr. Artur Mendes)

nos pequenos vasos sanguíneos, como na retina e nos rins, e nos grandes vasos que passam no coração e no cérebro, fumar pode acelerar o processo e o aparecimento de complicações;

* O controle da pressão arterial e dos níveis de colesterol e de triglicérides deve ser feito com regularidade;

* Medicamentos à base de cortisona aumentam os níveis de glicose no sangue. Não se automedique;

* O diagnóstico precoce é o primeiro passo para o sucesso do tratamento. Não subestime os sintomas. Se você está urinando demais e sentindo muita sede e muita fome, procure logo um serviço de saúde.

(Fonte: Sociedade Brasileira de Diabetes)

MERCADOS

MUITAS CABEÇAS EM BUSCA DA MESMA SOLUÇÃO

Encontro empresarial promovido pelo Sindesp-MG reúne empresários e gestores para a troca de informações sobre o mercado em busca de melhores perspectivas para a segurança privada



Edson Pinto Neto, Renato Fortuna
e Dr. Tadeu de Moura Gomes



Márcio Santana, Fábio Ferreira, José Roberto Gustavo,
Cel. Gilson Naves e Flávio Carreira



Elizabeth Silva, Cel. Gilson Naves, Valéria Teixeira,
Renato Araújo, Flávio Carreira e Edson Pinto Neto

Flávia Presoti

Segurança clandestina, impostos de todos os tipos assombrando o meio empresarial, instabilidade da economia brasileira, estatuto da segurança privada e o eSocial estão entre os grandes desafios de 2015 para todos os segmentos no Brasil.

Na área da segurança privada, as incertezas tomam conta das rodas de conversa. O fato é que não dá para ficar parado. É preciso avançar e persistir, independentemente do atual cenário.

Atento ao momento econômico do país e aos efeitos que eles podem trazer para o setor, o Sindesp-MG vai promover uma série de Encontros Empresariais durante todo o ano de 2015.

A primeira edição aconteceu no dia 19 de março, na sede do Sindicato. Participaram 23 empresários e gestores de empresas de segurança privada associadas ao Sindesp-MG.

Segundo o presidente do Sindesp-MG, Edson Pinto Neto, os encontros empresariais do Sindesp-MG têm um formato informal. “A nossa intenção com os encontros é reunir o maior número de empresários e gestores das empresas de segurança privada para promover a troca de informações, a análise do cenário atual e as perspectivas para o setor”.

Apesar de o mercado já antecipar piora para os próximos meses, o segmento da segurança privada está confiante de que a união e a determinação de todos pode fazer a diferença em um ano de crise para várias áreas da economia brasileira.

CONTRATAR
SEGURANÇA
E VIGILÂNCIA PRIVADA
DEIXA MUITA GENTE
COM O PÉ ATRÁS.

VOCÊ
NÃO FICARIA?

CERTIFIQUE A SUA EMPRESA E DÊ UM PASSO A FRENTE

O Certificado de Regularidade em Segurança (CRS) do SINDESP-MG é uma garantia de segurança para quem contrata e para quem é contratado.

O CRS é expedido por uma empresa certificadora independente que audita e identifica, com toda a transparência, as empresas de segurança e de vigilância que cumprem e atendem as suas obrigações fiscais, sindicais e os requisitos exigidos por lei pelo Ministério da Justiça e os demais organismos federais, estaduais e municipais.

Uma empresa com CRS é vista pelo mercado com outros olhos – é a transparência, a segurança e a credibilidade que todos desejam.



Sindesp MG
Sindicato das Empresas de Segurança
e Vigilância do Estado de Minas Gerais

Conheça o regulamento do CRS
e certifique a sua empresa.

Acesse www.sindesp-mg.com.br

(31) 3327-5300

sindesp-mg@sindesp-mg.com.br

MANTENHA-SE CONECTADO AO SUCESSO!

Fabiano Brum
Palestrante nas áreas de motivação, empreendedorismo, carreira e qualidade na educação. Pós-graduado em Gestão Empresarial, músico e pesquisador do comportamento humano
www.fabianobrum.com.br



A etimologia explica a palavra “sucesso” como referente àquilo que “sucede”, “resultado positivo após alguma tentativa ou esforço profissional, acadêmico ou pessoal”, ou então “obtenção de honras, êxito, riqueza”.

É comum o sucesso ser confundido com status, fama, poder ou com o número de dígitos na conta bancária. É natural essa limitação, mas nem todo homem bem-sucedido tem muito dinheiro, assim como nem todo homem com muito dinheiro se considera uma pessoa bem-sucedida. A verdade é que o sucesso tem conceito dinâmico. Varia de pessoa para pessoa: o que pode ser sucesso para alguém, pode não ter nenhum significado para outra pessoa. Porém, é possível destacar um ponto básico em que o significado de sucesso seja semelhante para todos. Sucesso é um resultado feliz!

Para ter sucesso, é preciso haver um ponto de partida, uma linha de chegada (meta) e um resultado atingido.

No entanto, para conseguir atingir os objetivos constantemente, é preciso estar preparado, ter um aperfeiçoamento contínuo e “manter-se conectado” ao sucesso.

Além de escritor e palestrante, sou músico e utilizo de canções e instrumentos musicais em minhas palestras. Certa vez, após um evento sobre empreendedorismo na cidade de Palmas-TO, eu conversava com um músico que tinha assistido a minha palestra. Falávamos da necessidade do músico de estar treinando diariamente, praticando escalas, tocando, compondo, enfim “papo de músico”. Então ouvi uma daquelas lições que so-

mente a simplicidade sabe nos ensinar de maneira tão perfeita. O músico disse: “Se você abandonar a música por um dia, ela te abandona por dois!”.

Resumindo, ele queria dizer que o profissional deve manter uma rotina de treinamento para estar em alta performance e, da mesma forma como ele adquire essa técnica com muito treinamento, ele a perde rapidamente, caso interrompa seu aperfeiçoamento.

Algum tempo depois, assistindo a um programa de esportes, o tema da reportagem era o retorno aos treinos dos atletas de elite após as férias de final de ano. Estudos realizados por médicos, fisioterapeutas, preparadores físicos, técnicos e outros especialistas apontavam que, para cada dia de treino deixado de lado nas férias, eram necessários três dias para a recuperação do tempo perdido. Muitos deles estavam em melhores condições e ganhando posições justamente pelo fato de não terem abandonado completamente os treinamentos durante o período de férias.

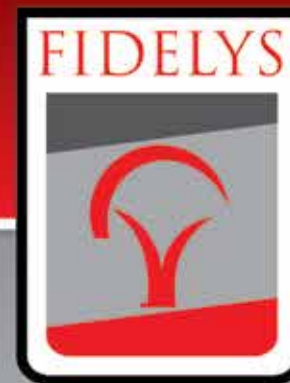
Esses dois exemplos mostram que o profissional que deseja alcançar o sucesso deve sempre manter-se conectado a ele.

As empresas de segurança e os profissionais que atuam nesse segmento precisam ter o seguinte conceito: lembrar que o treinamento deve ser visto como um processo; não como um evento. Por isso, deve ser realizado continuamente.

O sucesso é uma consequência; não um objetivo.

E você: o que está fazendo para conquistar o seu sucesso e o sucesso da sua organização?

Afine-se constantemente!



Nosso maior valor é a sua segurança.



LOGÍSTICA DE VALORES

- Transporte e distribuição de valores;
- Tesouraria integral;
- Processamento de valores e documentos;
- Gestão de caixas para o varejo e eventos;
- Gestão integral de segurança.

A Fidelys foi criada com o objetivo de oferecer ao mercado uma solução integrada e completa de segurança. Agregar inovação, simplicidade, tecnologia, pessoal qualificado e treinamento é o nosso estilo.



Rua Turmalina, 34 – Prado
 Belo Horizonte/MG – CEP: 30410-360
 Tel: (31) 3555-7888
www.fidelys.com.br

GLOBALSEG: SEGURANÇA COM EXCELÊNCIA

Criada em 2004, a Globalseg é uma empresa de segurança e vigilância que atua em Minas Gerais, São Paulo e Goiás e se orgulha de ter atingido a excelência no mercado de segurança privada. O foco na legalidade e na transparência faz da Globalseg uma empresa que reúne qualidade e compromisso com os serviços prestados.



Marcelo Ferlini e Fábio Ferreira apostam em uma gestão mais próxima do cliente

Flávia Presoti

A empresa é conhecida no mercado por ser uma das principais prestadoras de serviços de segurança no estado de Minas Gerais. O sucesso da Globalseg se deve à atuação de seus fundadores e gestores, Fábio Ferreira e Marcelo Ferlini. “Aproveitamos o fato de meu sócio residir em São Paulo e eu em Minas Gerais para gerir a empresa mais próximo dos clientes locais e dos funcionários. A compreensão que temos do mercado, nossa participação ativa nas entidades de classe do setor e a rápida e eficaz solução das demandas nos colocam em uma posição diferenciada no mercado”, relata Fábio.

O portfólio da Globalseg é composto pelos serviços de segurança integrada para a proteção do patrimônio de seus clientes, como vigilância patrimonial, escolta armada, segurança pessoal, portaria e recepção, transfer execu-

tivo, segurança eletrônica e conservação e limpeza.

Manter em dia os compromissos financeiros, fiscais e trabalhistas também é lei na Globalseg. “Prezamos pela legalidade e pela transparência. Se for comparada com a média do segmento, a nossa empresa está entre as que mantêm os mais baixos índices de rotatividade de pessoal e de reclamações trabalhistas”, diz Marcelo Ferlini.

Com 11 anos de mercado, a Globalseg se tornou visionária. Para 2015, a empresa tem o objetivo de dobrar o faturamento anual, mantendo o crescimento orgânico em Minas Gerais (que hoje representa 70% da receita total da empresa) e crescendo de forma relevante no estado de São Paulo, principalmente no Interior.

Para completar a lista de metas para 2015, a Globalseg pretende atuar firmemente no estado de Goiás, além de

adquirir empresas de segurança eletrônica para oferecer soluções especializadas e integradas aos serviços de vigilância patrimonial.

Os gestores Fábio e Ferlini explicam que o crescimento da Globalseg se deu muito rápido. “Nosso primeiro cliente na Vigilância Patrimonial foi a Telemar, em janeiro de 2005. Tivemos um crescimento rápido que justificou a mudança da sede da empresa de Belo Horizonte para Contagem em 2009. Em função das demandas de serviços de escolta armada, em 2007 fomos autorizados pela Polícia Federal a prestar essa modalidade de serviço ao mercado. A escolta armada impulsionou nossa expansão para a abertura das filiais de Uberlândia (2008), São Paulo (2011), Campinas (2013) e Goiás (2015)”, relatam.

Sempre preocupada com o crescimento profissional de sua equipe e com a satisfação de seus clientes, a Globalseg investe em treinamentos constantes. “Os treinamentos oferecidos pelo Sindesp-MG também são muito utilizados pela equipe Globalseg. Entendemos que esses treinamentos são investimentos em qualificação para a empresa”, diz Fábio.

Para os gestores da Globalseg, ser uma empresa associada ao Sindesp-MG é fundamental para o fortalecimento do mercado de segurança privada. “Fazemos parte do Sindesp-MG desde a nossa fundação e temos usufruído dos benefícios que o Sindicato oferece em formação profissional, assessoria em legislação do segmento e participação em discussões e atividades que visam integrar as empresas do estado, apoiando o crescimento das filiais”.

MANTENHA EM DIA O REGISTRO DE ARMA DE FOGO

Flávia Presoti

Se a sua empresa está com o registro de arma de fogo vencido, chegou a hora de dar um basta na situação. Caso contrário, esse problema pode lhe tirar o sono.

Segundo a Coordenação-Geral de Controle de Segurança Privada da Polícia Federal, as empresas de segurança devem atentar para a validade dos registros. O vencimento da licença implica responsabilidade criminal para as empresas e os proprietários, conforme o artigo 5º, §2º e o artigo 12 da Lei nº 10.826 de 23 de dezembro de 2003.

O Sindesp-MG orienta as empresas e os empresários a ficarem atentos ao vencimento do registro de arma de fogo de suas empresas.

E para o conhecimento e a atualização de todos, esta edição traz os Artigos 5º e 12 da Lei que discorre sobre o tema.

Art. 5º – O certificado de Registro de Arma de Fogo, com validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou do domicílio ou da dependência desses ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou pela empresa.

Posse irregular de arma de fogo de uso permitido

Art. 12 – Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou na dependência desta ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou da empresa:

Pena – detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.

UNIDOS SOMOS MAIS FORTES

A CNC, a Fenavist e os Sindesps do Brasil unificaram sua marca, alterando apenas o nome de acordo com o estado.

Essa medida visa fortalecer os sindicatos patronais do setor de segurança que, a cada dia, conquistam maior representatividade.



DR. JOSÉ COSTA JORGE
ASSESSOR JURÍDICO DO SINDESP-MG



CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) proviu recurso da União contra um vigilante com o seguinte entendimento: “A Contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias”. Ela deve incidir apenas sobre as férias efetivamente usufruídas por um trabalhador, com a exclusão do abono constitucional de um terço. A decisão favorável ao pagamento de horas extras sobre diversas parcelas foi dada em

primeira instância ao trabalhador. Conforme publicado na Revista Consultor Jurídico, a União recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) – Sexta Região. A alegação do recurso foi o recolhimento das contribuições previdenciárias sobre as verbas de aviso-prévio e férias gozadas mais um terço, mas teve pedido negado. “A decisão do TRT teria, assim, violado o artigo 28, inciso I, da Lei 8.212/91, que dispõe sobre a seguridade social”.

SUCESSÃO TRABALHISTA

A sucessão trabalhista não exclui a responsabilidade dos antigos sócios. A empresa sucessora (nova empresa formada) assume as obrigações trabalhistas contraídas pela empresa sucedida (antiga empresa).

Mas lembre-se: ambas respondem solidariamente pelos créditos daqueles trabalhadores cujos contratos estavam vigentes na época da sucessão. “É que os direitos dos empregados devem ser integralmente preservados, caso haja qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa, conforme prescrevem os artigos 10 e 448 da CLT. No processo de execução do crédito trabalhista do empregado, havendo a inadimplência das empresas envolvidas, os sócios responderão pelos cré-

ditos trabalhistas (teoria da desconsideração da personalidade jurídica), incluindo aqueles antigos sócios proprietários da empresa sucedida”.

Essa decisão foi dada pela juíza Daniele Cristine Morello Brendolan Maia, conforme informações divulgadas pelo Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT-MG) em um processo de execução em curso da 26ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte.

Ao verificar a impossibilidade de as empresas envolvidas efetuarem o pagamento do crédito do trabalhador, a magistrada declarou a responsabilidade dos sócios pela execução em curso, na forma do art. 592, II, do CPC, com fundamento na teoria da desconsideração da personalidade jurídica.



Manuel Marçal

Verdade seja dita: desde quando foi aberto em 2006, o Instituto Inhotim sempre esteve presente na mídia. Localizado em Brumadinho, a 60 quilômetros de Belo Horizonte, o museu se tornou uma das maiores atrações turísticas do estado e do país. Sobram motivos para o espaço natural ser o preferido dos críticos e do público nacional e internacional.

Considerado o maior centro de arte ao ar livre da América Latina, Inhotim se mistura entre o paisagismo do jardim botânico e a arte contemporânea. Em grande parte, a experiência de Inhotim está associada ao desenvolvimento de uma relação espacial entre arte e natureza. A combinação possibilita aos artistas criar e exibir suas obras em condições únicas. O espectador é

convidado a percorrer jardins, paisagens de florestas e ambientes rurais, perdendo-se entre lagos, trilhas, montanhas e vales para estabelecer uma vivência ativa do espaço.

Se você já ouviu dizer que é impossível conhecer tudo em apenas um dia, pode acreditar. O consultor de arte e curador-chefe de Inhotim, Allan Schwartzman, diz que a maioria dos museus são lugares onde as pessoas vão para uma ou duas horas antes de chegar a um estado de fadiga. “A maioria das pessoas vem a Inhotim para um dia inteiro e tendem a ficar revigoradas em vez de exaustas”, afirmou ele ao jornal The New York Times.

Tanto pela ambiência do parque quanto pela vontade de conhecer tudo, os visitantes estão sempre retornando a Inhotim para se deparar com o novo. Afinal são 170 obras de arte em exposição, dentre elas, as de artistas brasileiros reconhecidos internacionalmente, como Hélio Oiticica, Cildo Meireles, Tunga, Vick Muniz e artistas estrangeiros. E tem uma fantástica área

verde cujo Jardim Botânico, inspirado no paisagismo de Burle Marx, conta com 5 mil espécies em cultivo. Assim Inhotim possibilita ao público o contato simultâneo com a arte e a natureza.

O parque funciona de terça a sexta-feira, das 9h30 às 16h30. Em fins de semana e feriados, o horário de funcionamento é maior: das 9h30 às 17h30. Existem lojas para um eventual souvenir, restaurantes e lanchonetes. Outra informação importante: os visitantes que quiserem aproveitar as piscinas e as instalações aquáticas podem procurar os funcionários do Inhotim, que disponibilizam toalhas a quem deseje mergulhar em novas experiências estéticas. E fiquem tranquilos: há banheiros e a infraestrutura necessária nos locais.

Pra quem aprecia uma boa música, volta e meia Inhotim é palco de concertos de música erudita e pequenos festivais. Mas se a ideia é fazer um passeio em família, no próprio site www.inhotim.org.br você encontra um roteiro com cinco opções para curtir com as crianças. Afinal



o espaço é para todas as idades.

Certa vez, ao passear de carro pelas ruas de Brasília à noite, a poetisa portuguesa Sophia de Mello Breyner fez um poema inspirado naquela paisagem desenhada por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Em determinado verso descreveu: “O Brasil emergiu do barroco e encontrou o seu número”. Ela se referia à modernidade arquitetônica daquela cidade projetada sob formas curvas em contrapartida ao legado colonial e histórico do país. Saindo do Planalto Central e mirando por entre os relevos de Minas Gerais, cabe fazer logo uma pergunta: se estivesse viva, o que diria a poetisa a respeito de Inhotim? Talvez citasse um trecho de “O Tempo não para”, de Cazuza: “Eu vejo um museu de grandes novidades”.



GASTRONOMIA

UMA DELICIOSA PAELLA MINEIRA



Flávia Presoti

Não é por acaso que a gastronomia mineira foi homenageada pela Salgueiro no carnaval deste ano. Os cozinheiros das Gerais vêm se desponsando no cenário nacional, na arte de cozinhar. Foi assim com a transformação da tradicional paella espanhola em uma legítima paella mineira. No lugar

dos frutos do mar, a paella mineira traz o melhor da comida mineira e mostra que é possível inovar com elegância e criatividade.

O coordenador do curso de gastronomia do Centro Universitário Una, Edson Puiati, está entre os 11 chefs mineiros que revezaram nos fogões da quadra da Salgueiro, no Rio. Antes do carnaval, eles prepararam um gigantesco tropeiro para 2 mil pessoas da comunidade salgueirense. Agora Puiati traz para você uma receita legítima de **Paella Mineira**.

PORÇÃO PARA DEZ PESSOAS

INGREDIENTES:

- 200 g de linguiça de lombo ou de pernil fina;
- 100 g de lombo de porco (cabeça de lombo);
- 200 g de torresmo pré-frito;
- 150 g de linguiça defumada ou de calabresa;
- 100 g de bacon magro cortado em cubos pequenos;
- 150 g de paio;
- 200 g de peito de frango desossado;
- 200 g de miolo de alcatra;
- 400 g de costela de porco cortada a passarinho com medida entre três e quatro centímetros cúbicos;
- 200 g de carne de sol dessalgada (chã de dentro, alcatra ou patinho);
- 50 g de pimentões verdes;
- 50 g de pimentões vermelhos;
- 50 g de pimentões amarelos;
- 100 g de ervilha torta fresca e bem verde;
- 100 g de vagem fina, fresca e verde;
- 2 maços de salsa;
- 2 maços de cebolinha de cheiro;
- 1 maço de coentro fresco;

- 300 ml de azeite de oliva extravirgem;
- 100 g de cebolas médias;
- 4 dentes de alho picado;
- 4 sachês de tempero paello;
- 50 g de páprica picante;
- 20 g de açafrão (estigma de uma flor do mediterrâneo);
- 20 g de açafrão da terra (Cúrcuma);
- 10 g de sal;
- 600 g de arroz (tipo 1 longo) agulhinha;
- 5 g de cenoura vermelha;
- 1 unidade de alho-poró pequeno;
- 1 maço de alecrim fresco;
- 50 g pimenta dedo-de-moça;
- 100 g de quiabo fino e verde;
- 1 maço de couve-manteiga fresca;
- 200 ml de vinho branco seco de mesa.

PRÉ-PREPARO:

- Cortar a linguiça e o lombo em pedaços de dois a três centímetros cúbicos, temperar e reservar;
- Limpar o toucinho, cortá-lo em tiras, temperar e fazer os torresmos. Reservar;
- Escaldar a linguiça defumada e o paio. Cortar e reservar;

- Cortar o bacon e reservar;
- Cortar o peito de frango, temperar e reservar;
- Cortar a carne de boi, temperar e reservar;
- Cortar a carne de sol, cozinhar e reservar;
- Limpar os pimentões, retirar as peles deles, cortar em julienne e reservar;
- Limpar as ervilhas tortas e a vagem. Cortar e reservar;
- Limpar e picar a salsa, o coentro e a cebolinha de cheiro e reservar;
- Limpar e picar o alho e a cebola em brunoise;
- Preparar o caldo de frango e reforçar com mirepoix;
- Limpar o quiabo, cortar, fritar e reservar;
- Limpar e rasgar a couve e reservar;
- Limpar e cortar, se necessário, as pimentas dedo-de-moça.

PREPARO:

Aquecer a paellera, regar com azeite e começar o refogado com o bacon e o lombo. Depois, seguir esses passos após cada item estar previamente cozido (sempre acrescentar azeite quando necessário), carne de boi, peito de frango, as linguiças, paio, costela de porco, carne de sol e um pouco de cheiro-verde.

SEGURANSSA

Contratar uma
empresa legalizada
não tem erro.

CAMPANHA CONTRA A SEGURANÇA CLANDESTINA. DENUNCIE!

Qualquer pessoa pode denunciar empresas clandestinas e ter preservado o anonimato. As denúncias podem ser feitas à Polícia Federal ou às entidades abaixo:

DELESP-MG - Delegacia de Controle de Segurança Privada em Minas Gerais:
(31) 2517-9900

SINDESP-MG - Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais: (31) 3327-5300
sindesp-mg@sindesp-mg.com.br

Sindicato dos Vigilantes do Estado de Minas Gerais: (31) 3270-1300
ovigilante@ovigilante.org.br

Sindicato dos Vigilantes de Juiz de Fora:
(32) 3216-5734

Sindicato dos Vigilantes do Norte de Minas
Montes Claros/MG:
(38) 3216-8477

Sindicato de Uberlândia e Região:
(34) 3212-4795


Sindicato das Empresas de Segurança
e Vigilância do Estado de Minas Gerais

Av. Raja Gabaglia, 1492, 10º andar - Gutierrez - Belo Horizonte/MG - CEP 30441-194 - (31) 3327-5300 - www.sindesp-mg.com.br

EMPRESAS ASSOCIADAS AO SINDESP-MG



www.anjosdaguarda.com.br



www.ebseg.com.br



www.cepavcurso.com.br



www.gvs3.com.br



www.eficienciaservicos.com.br



www.macor.com.br



PROTEGER E SERVIR

www.mgseg.com.br



www.escolamineira.com.br



www.grupoesquadra.com.br



www.fortebanco.com.br



www.minasguarda.com.br



www.grupoperfect.com.br



www.plantaovigilancia.com.br



www.fidelys.com.br



www.rodoban.com.br



www.globalsegmig.com.br



www.grupofb.com.br



www.proforte.com.br



www.prosegur.com.br



www.segurancatratex.com.br



www.grupojr.com.br



www.grupogp.com



www.grupomagnus.com.br



www.evik.com.br



www.g3servicos.com.br



www.vigiminas.com.br



www.conserbras.com.br



Alvarás

A Coordenadoria Geral da **Polícia Federal** publicou por meio do Diário Oficial da União em janeiro e fevereiro de 2015, **alvarás** que concedem à **Globalseg** autorização para a prestação dos serviços de **Vigilância Patrimonial** e **Escolta Armada** em todo o Estado de **Goiás**.

A **GLOBALSEG** atua no mercado há 11 anos e se tornou referência no setor por oferecer de forma rápida e eficiente atividades voltadas às áreas de vigilância/segurança, tecnologia/serviços.

Atualmente são oferecidos os serviços de **Escolta Armada**, **Segurança Pessoal**, **Vigilância Patrimonial**, **Segurança Eletrônica**, **Portaria e Recepção**, **Conservação e Limpeza** e **Transfer Executivo**.

Com autorização da Polícia Federal para atuar nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Goiás, a **GLOBALSEG** oferece atendimento 24 horas e profissionais prontos para atender a sua demanda.



GLOBALSEG TECNOLOGIA E SERVIÇOS:

MATRIZ | CONTAGEM-MG: AV. GENERAL DAVID SARNOFF, 3494 CIDADE INDUSTRIAL – CEP: 32210-110
FILIAL | UBERLÂNDIA-MG: RUA JOSÉ RESENDE, 4505 CUSTÓDIO PEREIRA – CEP: 38405-238
FILIAL | SÃO PAULO-SP: AV. CASA VERDE, 2429 CASA VERDE – CEP: 02519-200
FILIAL | CAMPINAS-SP: RUA PEDRO MOREIRA, 225 PARQUE VIA NORTE – CEP: 13065-220
FILIAL | GOIÂNIA-GO: AV. DOS ÍNDIOS, QUADRA 122, LT 02, Nº 30 B. SANTA GENOVEVA – CEP: 74672-450

TEL: (31) 3329-1550
TEL: (34) 3214-9675
TEL: (11) 3858-4390
TEL: (19) 3245-0377
TEL: (62) 3928-6330

GLOBALSEG TECNOLOGIA E SERVIÇOS:

FILIAL | CONTAGEM-MG: R. CASSIANO DORNAS, 72, CIDADE INDUSTRIAL | **TELS: (31) 3329-1550 | 9831-1861 | ID.: 55*134*997**
centraltecnologia@globalsegm.com.br

FILIAL | SOROCABA-SP: RUA SILVA ABREU, 255 VILA SANTA RITA – CEP: 18080-075

TEL: (15) 99627-6208

www.globalsegm.com.br | www.facebook.com/globalsegm

0800 777 1550